

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA

***(CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO QUADRO
TÉCNICO DO CORPO AUXILIAR DA MARINHA/
CP-T/2013)***

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE
MATERIAL EXTRA**

SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

1) Analise as afirmativas abaixo.

A suspensão ou apreensão da Carteira de Habilitação do Amador (CHA) será determinada pelo Capitão dos Portos, Delegado ou Agente, pelo prazo máximo de 120 dias, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor, quando o Amador:

- I - entregar a condução da embarcação à pessoa não habilitada.
- II - utilizar a embarcação para prática de crime.
- III- empregar a embarcação na prática de atividades desportivas.
- IV - conduzir a embarcação em estado de embriaguez alcoólica.
- V - conduzir a embarcação sem vestir o seu colete salva-vidas.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas II, IV e V são verdadeiras.
- (D) Apenas a afirmativa II é verdadeira.
- (E) Apenas a afirmativa V é verdadeira.

- 2) Considere que uma determinada empresa deu entrada em uma Capitania dos Portos com um processo para obter credenciamento para ministrar os seguintes cursos para aquaviários: Especial de Combate à Incêndio (ECIN) e Especial Básico de Primeiros Socorros (EBPS). Sabe-se que, após inspeção inicial, a DPC autorizou, por portaria, o credenciamento dessa empresa. Sendo assim, é correto afirmar que
- (A) a empresa poderá ministrar, a seu critério, a quantidade de cursos ECIN e EBPS, de acordo com as necessidades do mercado.
 - (B) a Capitania poderá solicitar a aplicação do Curso Avançado de Combate a Incêndio à empresa credenciada, sem necessidade de acordo administrativo.
 - (C) a empresa poderá emitir certificados da Capitania relativos aos cursos de ECIN e EBPS ministrados aos alunos aprovados.
 - (D) a Capitania inscreve, matricula e indica para a empresa os alunos que cursarão o ECIN e o EBPS, emitindo e entregando o competente certificado aos aprovados.
 - (E) como o empreendimento privado, essa empresa cobrará dos alunos o valor relativo aos cursos.

Prova : Amarela

Concurso : CP-T/13

Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

3) Coloque F (falso) ou V (verdadeiro) nas afirmativas abaixo, com relação à remuneração devida à prestação de serviço de assistência e salvamento, tendo em vista a Lei nº 7.203, de 3 de julho de 1984, e assinale a seguir, a opção que apresenta a sequência correta.

- () A remuneração será objeto de acordo entre as partes interessadas.
- () Qualquer ato de assistência e salvamento que tenha resultado útil, dará direito a uma remuneração equitativa, que poderá exceder o valor da embarcação, coisas ou bens salvos.
- () Nos casos em que, mesmo não havendo resultado útil do ato de assistência e salvamento, resultar terem sido evitados danos a terceiros ou ao meio ambiente, ao salvador será sempre devido o reembolso das despesas decorrentes, excluindo as perdas e danos.
- () Se não houver acordo entre as partes, o pagamento será fixado por arbitragem ou por tribunal competente.
- () As dívidas decorrentes das operações de assistência e salvamento não gozam de privilégio em relação às embarcações, coisas ou bens que estavam em perigo, tendo preferência mesmo em relação aos créditos garantidos por hipoteca ou penhor sobre os referidos bens.

- (A) (F) (V) (V) (F) (F)
- (B) (V) (F) (V) (V) (F)
- (C) (V) (F) (F) (V) (F)
- (D) (V) (F) (F) (V) (V)
- (E) (F) (V) (F) (V) (F)

- 4) De acordo com a Norma da Autoridade Marítima para Homologação de Material (NORMAM-05/DPC), as Estações de Manutenção são
- (A) empresas que exercem a atividade de serviços de manutenção e reparo em embarcações de salvamento e em seus dispositivos de lançamento.
 - (B) laboratórios ou entidades para a realização de testes requeridos para homologação de produtos.
 - (C) fabricantes que possuem, em sua linha de produção, materiais, equipamentos ou embarcações, cujos requisitos devam ser certificados pela Autoridade Marítima.
 - (D) empresas que exercem a atividade de serviço de manutenção e reparo de equipamentos de salvatagem infláveis.
 - (E) Organismos de Certificação de Produto (OCP) acreditados pelo Inmetro para realizar processos de certificação de produtos.
- 5) As ações de Inspeção Naval na fiscalização da Segurança do Tráfego Aquaviário visam:
- (A) à coerção das ações predatórias, à intimidação de piratas e à normatização das regras nacionais.
 - (B) a registrar as embarcações, plataformas ou instalações de apoio.
 - (C) à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana e à prevenção da poluição ambiental por parte de embarcações, plataformas ou de suas instalações de apoio.
 - (D) à emissão de Carteira de Habilitação de Amador para os profissionais Aquaviários em cada Distrito Naval.
 - (E) à regularização dos amadores e das embarcações, plataformas ou instalações de apoio.
- 6) O nível de habilitação (Carteira de Habilitação do Amador - CHA) para conduzir qualquer embarcação de esporte e recreio sem limitações geográficas é o de
- (A) motonauta.
 - (B) arrais-amador.
 - (C) capitão-de-longo-curso.
 - (D) capitão-amador.
 - (E) mestre-amador.

Prova : Amarela

Concurso : CP-T/13

Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

- 7) Com relação à parte de entrada, despacho e saída de embarcações de portos brasileiros, assinale a opção correta.
- (A) Após a embarcação ser despachada, terá o prazo para saída de até três dias úteis.
 - (B) A movimentação de embarcação entre portos da mesma área portuária será efetivada por meio da Parte de Saída, do Despacho e da Parte de Entrada.
 - (C) As embarcações empregadas no transporte de passageiros poderão ser dispensadas da apresentação da lista de passageiros a critério da Capitania, da Delegacia ou da Agência da área de jurisdição.
 - (D) As embarcações estrangeiras, exceto as de esporte e/ou recreio e os navios de guerra e de Estado não exercendo atividade comercial, estão dispensadas de solicitar a Parte de Entrada.
 - (E) A efetiva saída das embarcações será participada ao Órgão de Despacho por meio do Despacho como Esperado.
- 8) Os concluintes dos cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM) são certificados
- (A) pelos Centros de Instrução locais e empresas credenciadas em cada área de jurisdição.
 - (B) pela Diretoria de Portos e Costas e empresas afins.
 - (C) pelas Capitánias dos Portos Delegacias e entidades autorizadas pela Autoridade Marítima.
 - (D) pelas Empresas credenciadas que ministrarem os cursos em cada área de jurisdição sob a coordenação dos órgãos de Execução.
 - (E) pelos Órgãos de Execução (OE), que são os Centros de Instrução, as Capitánias, Delegacias e Agências.

- 9) Quanto à pesquisa de bens soçobrados pertencentes à União, é correto afirmar que
- (A) a exploração precede a pesquisa e garante ao pesquisador autorizado, que encontrou a coisa ou bem, a preferência para explorá-lo.
 - (B) a pesquisa de coisas ou bens, pertencentes à União, encalhados ou submersos em águas sob jurisdição nacional corre por conta da União.
 - (C) a pesquisa confere direito ao pesquisador de alterar as condições e o local em que for encontrada a coisa ou bem, e de remover qualquer parte dessa coisa.
 - (D) não poderá ser concedida autorização para realizar operações e atividades de pesquisa de coisas ou bens pertencentes à União, e à pessoa física ou jurídica estrangeira.
 - (E) a realização de pesquisa está sujeita à fiscalização do Distrito Naval da área de jurisdição, podendo ser designado um observador para acompanhamento das atividades desenvolvidas.
- 10) O parâmetro adimensional que é a expressão do tamanho total de uma embarcação, determinado conforme regras específicas, em função do volume de todos os espaços fechados, é denominado:
- (A) arqueação líquida.
 - (B) boca moldada.
 - (C) borda livre.
 - (D) arqueação bruta.
 - (E) calado moldado.
- 11) De acordo com a NORMAM-16/DPC, a Assistência e Salvamento é um serviço
- (A) gratuito prestado por entidades públicas ou privadas.
 - (B) remunerado prestado somente por entidades públicas.
 - (C) gratuito prestado por entidades privadas.
 - (D) remunerado prestado somente por entidades privadas.
 - (E) remunerado prestado por entidades públicas ou privadas.

- 12) Para fins de instauração do Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN), são exemplos de ocorrências consideradas fatos da navegação:
- (A) Naufrágio e colisão.
 - (B) Deficiência de equipagem e alteração da rota.
 - (C) Arribada e alijamento.
 - (D) Explosão e água aberta.
 - (E) Incêndio e varação.
- 13) A autorização para execução das atividades de dragagem é concedida pelo
- (A) Capitão dos Portos.
 - (B) Comandante do Distrito Naval.
 - (C) Diretor de Portos e Costas.
 - (D) Diretor-Geral de Navegação.
 - (E) Delegado e/ou Agente.
- 14) De acordo com a NORMAM-16/DPC, assinale a opção que apresenta o requisito necessário que o interessado na prestação dos serviços de assistência e salvamento deverá atender.
- (A) Ser pessoa física, com residência comprovada no âmbito da área de jurisdição.
 - (B) Dispor somente dos meios básicos para a execução dos serviços, podendo dispor de contratos externos e sublocação de equipamentos.
 - (C) Ter cadastro de pessoal habilitado para ser acionado, em diversas empresas contratadas, de acordo com o exercício das fainas requeridas.
 - (D) Ser cadastrado na Capitania, Delegacia ou Agência da área de jurisdição.
 - (E) Não subcontratar meios, equipamentos especiais, ou mesmo pessoal especializado, exigidos pela situação da embarcação, coisa ou bem a ser assistido ou salvo, ainda que não disponha desse material ou pessoal requerido.

- 15) Com relação às atividades subaquáticas (NORMAM-15/DPC - 1ª Rev.), assinale a opção correta.
- (A) A Ficha de Cadastro de Empresa de Mergulho (FCEM) é um documento emitido pelas Capitânicas dos Portos, Delegacias e Agências (CP/DL/AG), cuja validade é de um ano a contar da data de sua emissão.
 - (B) Nas operações de mergulho realizadas sob condições perigosas e/ou especiais será facultado ao supervisor de mergulho a instalação de uma câmara hiperbárica a uma distância que não exceda a uma hora de viagem do local de mergulho, levando em consideração os meios de transporte disponíveis.
 - (C) O Certificado de Segurança de Sistemas de Mergulho (CSSM) é um documento emitido pela Diretoria de Portos e Costas (DPC), após vistoria de certificação conduzida por Inspectores Navais, cuja validade é de cinco anos a contar da data de sua emissão.
 - (D) As CP/DL/AG deverão divulgar em seus sítios da internet a relação das empresas de mergulho cadastradas em suas respectivas áreas de jurisdição.
 - (E) Qualquer frente de trabalho que envolva serviços subaquáticos prestados por empresas de mergulho cadastradas só poderá ter suas atividades iniciadas após autorização emitida pela CP/DL/AG local.

16) Coloque F (falso) ou V (verdadeiro) nas afirmativas abaixo, com relação às definições constantes da NORMAM-01/DPC (Mod.25), assinalando, a seguir, a opção que apresenta a sequência correta.

- () Certificado de Classe - emitido pela Diretoria de Portos e Costas para atestar que a embarcação atende às suas regras no que for cabível à classe selecionada.
- () Certificado Estatutário - emitido conforme as Normas da Autoridade Marítima Brasileira (NORMAM) e as Convenções e Códigos Internacionais ratificados pelo Governo Brasileiro.
- () Certificado de Segurança da Navegação (CSN) - atesta que as vistorias previstas nas NORMAM foram realizadas nos prazos previstos.
- () Licença de Construção (LC) - emitida para embarcações a serem construídas no país para a bandeira nacional ou para exportação, ou a serem construídas no exterior para outras bandeiras, essa licença demonstra que o projeto da embarcação está em conformidade com as NORMAM aplicáveis.
- () Licença de Alteração (LA) - atesta que as alterações a serem realizadas (ou já realizadas), em relação ao projeto original, estão em conformidade com o certificado de classe da embarcação.
- () Licença de Reclassificação (LR) - emitida para embarcações cuja construção já tenha sido concluída, sem que tenha obtido uma licença de construção, para atestar que o projeto apresentado está em conformidade com as NORMAM aplicáveis.

- (A) (F) (V) (V) (F) (F) (F)
- (B) (V) (V) (V) (F) (V) (V)
- (C) (F) (V) (V) (F) (V) (V)
- (D) (V) (F) (F) (V) (F) (F)
- (E) (V) (F) (V) (V) (V) (F)

- 17) Com relação a embarcações de uso comercial, com Arqueação Bruta (AB) igual ou inferior a 10, motorizadas e que operam em mar aberto, é correto afirmar que
- (A) a tripulação de segurança será estabelecida de acordo com o Laudo Pericial elaborado pelas Capitânicas dos Portos, Delegacias e Agências (CP/DL/AG), levando em consideração os aspectos de operação da embarcação.
 - (B) estão dispensadas de inscrição nas CP/DL/AG desde que sejam equipadas com motores que não excedam a potência total de 100HP.
 - (C) devem possuir um Certificado de Segurança da Navegação (CSN) emitido por uma Sociedade Classificadora reconhecida pela DPC.
 - (D) devem possuir o seguro obrigatório de danos pessoais causados por embarcações ou por suas cargas (DPEM).
 - (E) serão vistoriadas a cada cinco anos pelas CP/DL/AG para verificação do cumprimento da legislação em vigor.
- 18) De acordo com a NORMAM-12/DPC, assinale a opção que apresenta a definição correta de serviço de praticagem.
- (A) É o conjunto de atividades, com fins lucrativos, requeridas por força da área de jurisdição para facilitar as grandes embarcações. Esse serviço é constituído de Prático, de embarcação de praticagem e de um Mestre de Cabotagem.
 - (B) É o conjunto de atividades profissionais de assessoria ao Comandante, requeridas por força de peculiaridades locais que dificultem a livre e segura movimentação da embarcação. Esse serviço é constituído de Prático, lanchara de Prático e de Atalaia.
 - (C) São atividades com fins lucrativos destinadas a prover orientações necessárias para toda e qualquer embarcação na Área de Jurisdição Brasileira (AJB). Esse serviço é constituído de um Praticante de Prático, uma embarcação e de Atalaia.
 - (D) É a atividade, delimitada por força de peculiaridades locais, que facilita a livre e segura movimentação de embarcações, sendo exigida pelas embarcações de grande porte. Esse serviço é constituído de Prático, uma embarcação de pequeno porte e um Marinheiro de Convés.
 - (E) São atividades profissionais requeridas por força maior que visam à livre e segura movimentação da embarcação. Esse serviço é constituído de uma embarcação de pequeno porte e um aquaviário.

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/13

- 19) A presença do Prático a bordo não desobriga o Comandante e sua tripulação e seus deveres e obrigações para com a segurança da embarcação, por isso as ações do Prático devem ser monitoradas permanentemente. sendo assim é correto afirmar que compete ao Comandante da embarcação, quando estiver utilizando o Serviço de Praticagem:
- (A) alojar o Prático a bordo em condições idênticas aos seus tripulantes subalternos.
 - (B) fornecer ao Prático somente as informações julgadas necessárias para o desempenho de seu serviço, particularmente no que tange à carga transportada.
 - (C) fiscalizar a execução do Serviço de Praticagem, comunicando à Capitania dos Portos (CP), Delegacia (DL) e Agência (AG) qualquer anormalidade constatada.
 - (D) continuar a adotar a assessoria do Prático, mesmo quando observar alguma falta de orientação na praticagem, até que ocorra a troca de um Prático substituto.
 - (E) comunicar à Capitania dos Portos (CP), Delegacia (DL) e Agência (AG), formalmente, no prazo máximo de 15 dias úteis, a troca da assessoria do Prático, bem como as razões de ordem técnica que o levaram a essa decisão.
- 20) Assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo.

A NORMAM-16/DPC define Busca e Salvamento como um serviço _____ decorrente de compromissos _____ para o resgate de _____.

- (A) gratuito / nacionais / pessoas em perigo
- (B) remunerado / nacionais / bens e coisas afundadas
- (C) gratuito / internacionais / pessoas em perigo
- (D) remunerado / internacionais / pessoas em perigo
- (E) remunerado / nacionais / pessoas em perigo

- 21) Assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo.

Segundo o Decreto nº 2596, de 18 de maio de 1998, RLESTA, trafegar em área reservada a banhistas ou exclusiva para determinado tipo de embarcação, resultará na seguinte penalidade: multa do grupo _____ ou suspensão do Certificado de Habilitação por até _____ dias.

- (A) C / trinta
- (B) G / sessenta
- (C) D / sessenta
- (D) B / trinta
- (E) D / trinta

- 22) Das opções abaixo, qual constitui um caso de arribada não justificada, tornando obrigatória a instauração de IAFN?

- (A) Embarcação de pesca estrangeira, não autorizada a operar em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).
- (B) Navio de guerra estrangeiro sem autorização para passagem inocente em AJB.
- (C) Navio mercante de bandeira brasileira sem despacho emitido pela Capitania dos Portos.
- (D) Embarcação miúda sem autorização para operar em mar aberto.
- (E) Embarcação de esporte e/ou recreio, cujo condutor esteja sem habilitação de amador.

- 23) Qual é a classe mínima referente ao equipamento de posicionamento dinâmico (DP) instalado em embarcações utilizadas para operações de mergulho?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

- 24) O proprietário de uma embarcação de 50 AB construída no Brasil deverá requerer sua inscrição junto a um agente da Autoridade Marítima no prazo máximo de quantos dias, a contar da data do Termo de Entrega emitido pelo construtor?
- (A) 5
 - (B) 10
 - (C) 15
 - (D) 20
 - (E) 30
- 25) De acordo com a NORMAM-12/DPC, a regulamentação do serviço de praticagem compete
- (A) ao Conselho Nacional de Praticagem - CONAPRA.
 - (B) ao Representante Único do Serviço de Praticagem.
 - (C) à Capitania dos Portos de cada ZP.
 - (D) à Diretoria de Portos e Costas.
 - (E) à Estação de praticagem.
- 26) Para as atividades subaquáticas, a mistura respiratória utilizada (ar comprimido ou HeO₂) deverá atender aos requisitos técnicos e de segurança, e o nível do contaminante monóxido de carbono (CO) deverá estar, conforme valor equivalente da superfície, abaixo do limite de quantos ppm?
- (A) 10
 - (B) 20
 - (C) 30
 - (D) 40
 - (E) 50
- 27) Conforme previsto na NORMAM-03/DPC (Mod.18), as embarcações brasileiras de esporte e/ou recreio estão sujeitas à inscrição nas Capitâncias dos Portos, Delegacias e/ou Agências, EXCETO:
- (A) as embarcações não miúdas com comprimento igual ou inferior a doze metros.
 - (B) os dispositivos flutuantes destinados a funcionar como casas flutuantes.
 - (C) os dispositivos flutuantes do tipo BANANA BOAT com comprimento inferior a quinze metros.
 - (D) as embarcações com Arqueação Bruta (AB) menor que cinco.
 - (E) as embarcações miúdas sem propulsão.

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/13

- 28) De acordo com a NORMAM-20/DPC, o controle da troca da Água de Lastro deve ser exercido a partir da verificação do Plano de Gerenciamento da Água de Lastro e do Formulário de Água de Lastro. O Livro Registro de Água de Lastro e o Certificado Internacional de Gestão de Água de Lastro, quando existentes, deverão ser analisados, respectivamente, quanto aos registros das operações de lastro realizadas e quanto a sua validade. Em relação a essas informações, é correto afirmar que o Inspetor Naval deverá
- (A) identificar o método de troca da Água de Lastro adotado pelo navio em viagem, e adotar novos procedimentos para o Plano de Gerenciamento da Água de Lastro.
 - (B) compilar os dados de preenchimento do Formulário de Água de Lastro.
 - (C) Verificar, quando existente, a validade do Certificado de Gestão de Água de Lastro emitido pela Autoridade competente do Estado de Bandeira.
 - (D) auditar o Livro de Registro de visitantes somente após autorizado pelo comandante da embarcação e sempre em conformidade com o disposto nas Normas da Autoridade Marítima.
 - (E) coletar amostras da Água de Lastro para futura avaliação, quando julgar necessário.
- 29) As infrações praticadas contra a legislação vigente e acordos internacionais sobre navegação e salvaguarda da vida humana nas águas, bem como contra as normas decorrentes, serão punidas conforme previsto na Regulamentação da Lei da Segurança do Tráfego Aquaviário (RLESTA) e nas normas emitidas pela Autoridade Marítima. Uma infração será constatada
- (A) apenas no momento em que for praticada e se ocorrida na presença do Capitão dos Portos.
 - (B) no momento em que for praticada, mediante apuração posterior ou por inquérito administrativo.
 - (C) apenas mediante inquérito administrativo.
 - (D) no momento em que for praticada e mediante relato de testemunhas.
 - (E) apenas no momento em que for praticada ou mediante denúncia recebida.

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/13

30) Considere que a Marinha do Brasil (MB) avaliará a execução de obras sob, sobre e às margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), e emitirá parecer no que concerne ao ordenamento do espaço aquaviário e à segurança da navegação, sem prejuízo das obrigações do interessado perante os demais órgãos responsáveis pelo controle da atividade em questão. Nesse sentido, compete ao Diretor de Portos e Costas (DPC), como representante da Autoridade Marítima para a Segurança do Tráfego Aquaviário:

- (A) elaborar Parecer que oriente a emissão de documentos relativos às solicitações de cessão de águas públicas para a exploração da aquicultura.
- (B) determinar a elaboração das normas da Autoridade Marítima relativas à execução de obras, dragagens, pesquisa e lavra de minerais sob, sobre e às margens das águas sob jurisdição nacional, no que concerne ao ordenamento do espaço aquaviário e à segurança da navegação.
- (C) determinar a emissão e aprovar o parecer da MB relativo à consulta para o aforamento de terrenos de marinha localizados em suas áreas de jurisdição.
- (D) ordenar ou providenciar a demolição de obra ou benfeitoria e a recomposição do local, quando tiverem sido realizadas em desacordo com as normas estabelecidas pela Autoridade Marítima.
- (E) determinar a elaboração de Leis que orientem a emissão de regras relativas às solicitações de cessão de águas públicas para a exploração da aquicultura.

- 31) De acordo com a Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, é definida como substância nociva ou perigosa:
- (A) qualquer substância venenosa, lançada ou bombeada para fora, em qualquer quantidade, a partir de um navio, porto organizado, instalação portuária, duto, plataforma ou suas instalações de apoio.
 - (B) qualquer substância que, se descarregada nas águas, é capaz de gerar riscos ou causar danos à saúde humana, ao ecossistema aquático, ou prejudicar o uso da água e de seu entorno.
 - (C) a mistura de água e óleo, em qualquer proporção.
 - (D) a sobra de víveres e resíduos resultantes de faxinas e trabalhos rotineiros nos navios, portos organizados, instalações portuárias, plataformas e suas instalações de apoio.
 - (E) a água de lastro contida em um tanque que, desde que transportou óleo pela última vez, foi submetido a limpeza em nível tal que, se esse lastro fosse descarregado pelo navio parado em águas limpas e tranquilas, em dia claro, não produziria traços visíveis de óleo na superfície da água ou no litoral adjacente, nem produziria borra ou emulsão sob a superfície.
- 32) Para fins de aplicação dos requisitos previstos na NORMAM-01/DPC, é considerada embarcação de passageiro aquela que transporta a partir de quantos passageiros?
- (A) 10
 - (B) 12
 - (C) 15
 - (D) 18
 - (E) 20

- 33) De acordo com a NORMAM-16/DPC, a divulgação, em Aviso aos Navegantes, referente ao início e ao término das atividades de assistência e salvamento autorizadas, deverá ser realizada adotando o seguinte procedimento:
- (A) a Diretoria de Portos e Costas (DPC) participará à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), por meio de mensagem.
 - (B) a Capitania, a Delegacia ou a Agência participará à DPC, por meio de mensagem com informação para o Distrito Naval (DN).
 - (C) a DPC participará à Capitania, à Delegacia ou à Agência, por meio de mensagem com informação à DHN.
 - (D) a DPC participará ao DN, por meio de mensagem com informação à DHN.
 - (E) a Capitania, a Delegacia ou a Agência participará à DHN, por meio de mensagem com informação ao DN e à DPC.
- 34) De acordo com a NORMAM-04/DPC, assinale a opção que apresenta a definição correta de afretamento a casco nu.
- (A) É o ato pelo qual o proprietário da embarcação suspende temporariamente o uso da bandeira de origem, a fim de que a embarcação seja inscrita em registro de outro país.
 - (B) É a modalidade em que o afretador tem a posse, o uso e o controle da embarcação, por tempo determinado, incluindo o direito de designar o comandante e a tripulação.
 - (C) É um ato administrativo que visa ao controle de embarcação estrangeira autorizada a operar em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).
 - (D) É o documento emitido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviário - ANTAQ, que comprova a autorização de afretamento da embarcação para emprego na navegação de cabotagem e interior.
 - (E) É o documento emitido pela Autoridade Marítima, Brasileira, após a realização da Perícia Técnica, para Operação em AJB que atesta que a embarcação cumpre com os requisitos estabelecidos nas Convenções e Códigos internacionais ratificados pelo Brasil e na regulamentação nacional aplicável.

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/13

- 35) A embarcação estrangeira, submetida à inspeção naval, que apresentar irregularidades na documentação ou condições operacionais precárias, representando ameaça de danos ao meio ambiente, à tripulação, a terceiros ou à segurança do tráfego aquaviário, poderá ser ordenada a
- (A) não entrar no porto, não prosseguir viagem, fundear e arribar em porto nacional.
 - (B) sair das águas jurisdicionais, não sair do porto, não entrar no porto e arribar em porto nacional.
 - (C) retornar ao país de origem, hastear o pavilhão nacional, não sair do porto e não entrar no porto.
 - (D) pagar multa, não sair do porto, arribar em porto nacional e não entrar no porto.
 - (E) não entrar no porto, não sair do porto, sair das águas jurisdicionais e arribar em porto estrangeiro.
- 36) O Certificado Internacional de Proteção do Navio, previsto no Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias, deverá ser emitido por um período determinado pela Administração, o qual não deverá exceder quantos anos?
- (A) 3
 - (B) 5
 - (C) 8
 - (D) 10
 - (E) 12
- 37) Para efeito do Decreto nº 2596, de 18 de maio de 1998, RLESTA, o autor material de uma infração poderá ser o
- (A) passageiro.
 - (B) proprietário, o armador ou o preposto da embarcação.
 - (C) profissional não-tripulante.
 - (D) inspetor naval.
 - (E) fabricante do material de salvatagem homologado.

- 38) Assinale a opção que apresenta um procedimento a ser observado pelos responsáveis por embarcações avariadas que solicitarem autorização para afundamento deliberado.
- (A) Encaminhar requerimento do responsável ao Capitão dos Portos solicitando autorização para afundamento e declarando sua intenção de realizá-lo por livre e espontânea vontade.
 - (B) Apear a bordo todos os elementos poluentes e estruturais que possam se desprender do navio e ficar à deriva.
 - (C) Obter aprovação do Distrito Naval (DN), sobre o ponto de afundamento.
 - (D) Observar os procedimentos preconizados na Convenção MARPOL (1973).
 - (E) Informar à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) a efetiva ocorrência do afundamento para possibilitar a comunicação formal à Organização Marítima Internacional (IMO).
- 39) Assinale a opção que apresenta um certificado que NÃO poderá ser emitido por Sociedade Classificadora reconhecida para atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira.
- (A) Estatutário.
 - (B) Licença de Construção.
 - (C) Alteração.
 - (D) Reclassificação.
 - (E) Isenção.
- 40) A validade do despacho para as embarcações classificadas para a navegação de Apoio Marítimo, Interior e atividades de pesca, e para as embarcações despachadas para navegação em "Viagem Redonda", será de até quantos dias?
- (A) 15 dias
 - (B) 30 dias
 - (C) 60 dias
 - (D) 180 dias
 - (E) 360 dias

- 41) O Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN) será instaurado imediatamente ou até o prazo máximo de cinco dias, sempre que chegar ao conhecimento de um Agente da Autoridade Marítima, por qualquer meio de comunicação, a ocorrência de acidente ou fato da navegação. Somente possuem competência para instauração do IAFN
- (A) as Capitânicas e a DPC.
 - (B) a DPC e o Tribunal Marítimo.
 - (C) as Capitânicas e as Agências.
 - (D) o Tribunal Marítimo e a Procuradoria Especial da Marinha.
 - (E) as Capitânicas e as Delegacias.
- 42) Assinale a opção que apresenta duas atribuições da autoridade marítima.
- (A) Determinar os equipamentos e acessórios que devam ser homologados para uso a bordo de embarcações e plataformas, e estabelecer os requisitos para essa homologação.
 - (B) Fortalecer a participação do país nas atividades internacionais relacionadas a metrologia e qualidade, além de promover o intercâmbio com entidades e organismos estrangeiros e internacionais.
 - (C) Regular e supervisionar as atividades de prestação de serviços e de exploração da infraestrutura portuária.
 - (D) Gerir os dados técnicos das bacias sedimentares brasileiras, e gerenciar os respectivos processos de exploração.
 - (E) Promover estudos para conhecimento das bacias sedimentares brasileiras, com o objetivo de propor a delimitação dos blocos existentes nessas bacias para fins de licitação, assim como planejar o calendário de licitação dos blocos.

- 43) Segundo a Lei nº 7.273, de 10 de dezembro de 1984, Lei de Busca e Salvamento, todo Comandante é obrigado a utilizar sua embarcação e os meios sob sua responsabilidade para prestar auxílio a quem estiver em perigo de vida no mar, nos portos ou nas vias navegáveis interiores. O comandante somente fica desobrigado a prestar auxílio caso
- (A) seja determinado a ele, pelo Armador, proprietário, ou por terceiros, com interesse na embarcação, que não sejam prestados serviços de busca e salvamento.
 - (B) o desvio de derrota cause grande atraso na programação de viagem da embarcação.
 - (C) o auxílio não possa ser remunerado pela pessoa salva.
 - (D) não o possa fazer sem perigo sério para sua embarcação, tripulação, passageiro ou para outra pessoa.
 - (E) o pedido de auxílio tenha sido comunicado pela autoridade naval a todas as embarcações que estejam nas proximidades da área.
- 44) É considerado colete salva-vidas classe I aquele fabricado
- (A) com a finalidade de uso nas embarcações empregadas na navegação interior.
 - (B) com base nos requisitos da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS), abrandados para uso nas embarcações empregadas na navegação de mar aberto, que operem somente em águas sob jurisdição nacional.
 - (C) conforme requisitos previstos na Convenção SOLAS, utilizados nas embarcações empregadas na navegação em mar aberto e nas plataformas.
 - (D) para emprego em atividades esportivas tipo JET-SKI, BANANA-BOAT, esqui aquático, WINDSURF, PARASAIL, pesca esportiva, canoagem, embarcações miúdas classificadas como de esporte e/ou recreio, embarcações de esporte e/ou recreio de médio porte empregadas na navegação interior, entre outras.
 - (E) para uso, por longos períodos, por pessoas envolvidas em trabalhos realizados próximos à borda da embarcação, cais ou suspensos por pranchas ou outros dispositivos que corram risco de cair na água acidentalmente.

- 45) De acordo com a NORMAM-20/DPC, todo navio nacional ou estrangeiro que utiliza água como lastro deve possuir um Plano de Gerenciamento da Água de Lastro com o propósito de fornecer procedimentos seguros e eficazes para esse fim, sendo esse Plano incluído na documentação operacional do navio. Dessa forma, assinale a opção que contempla um item necessário a esse Plano.
- (A) Procedimentos detalhados para abandono do navio.
 - (B) Descrição detalhada das ações a serem empreendidas para a reciclagem da Água de Lastro.
 - (C) Indicação de um único ponto onde deve ser feita a coleta de amostras da Água de Lastro.
 - (D) Oficial a bordo responsável por assegurar que o Plano seja corretamente implementado.
 - (E) Ser redigido somente no idioma de trabalho do navio, caso este seja de bandeira brasileira.
- 46) Ao navegar em Águas Jurisdicionais Brasileiras, um navio estrangeiro realizará passagem inocente ao efetuar uma passagem:
- (A) sem prejuízo à paz, à boa ordem ou à segurança do Estado.
 - (B) realizando exercício ou manobra com armas de qualquer tipo.
 - (C) operando o pouso ou o recebimento a bordo de qualquer aeronave ou dispositivo militar.
 - (D) investigando ou realizando levantamento hidrográfico.
 - (E) embarcando ou desembarcando qualquer material, moeda, animal, vegetal ou pessoa, com violação das leis fiscais do Estado.

47) Conforme previsto no Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code), Oficial de Proteção do Navio significa

- (A) a pessoa, a bordo do navio, responsável perante o comandante, designada pela Companhia como responsável pela proteção do navio, incluindo a implementação e manutenção do plano de proteção do navio, e responsável também pela ligação com o funcionário de proteção da companhia e com os funcionários de proteção das instalações portuárias.
- (B) o funcionário a quem cabe velar, durante determinado período de tempo, pela segurança, pela manutenção da disciplina e pelo cumprimento da rotina do navio e que, no exercício de suas atribuições, é o representante do Comandante e, como tal, tem plena autoridade sobre tudo o que se relacionar com o serviço.
- (C) a pessoa designada pela companhia para garantir que seja feita uma avaliação de proteção do navio e que seja elaborado um plano de proteção do navio que será submetido para aprovação e, conseqüentemente, implementado e mantido. Essa pessoa deverá garantir também a ligação com os funcionários de proteção das instalações portuárias.
- (D) o representante da empresa de navegação responsável por ratificar o plano de emergência elaborado pela companhia de gerenciamento de segurança, e a quem cabe testar a viabilidade desse plano, no navio, por meio de exercícios simulados de proteção.
- (E) a pessoa designada como responsável pelo desenvolvimento, implementação, revisão e manutenção do plano de proteção das instalações portuárias e pela ligação entre os agentes envolvidos nesse plano.

48) A NORMAM-20/DPC tem como propósito estabelecer

- (A) requisitos referentes à prevenção da poluição por parte das embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), no que tange ao Gerenciamento da Água de Lastro.
- (B) instruções da Autoridade Marítima para embarcações destinadas à operação em mar aberto.
- (C) requisitos e procedimentos sobre o emprego das embarcações de esporte e/ou recreio e atividades correlatas não comerciais visando à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e à prevenção contra a poluição do meio ambiente marinho por tais embarcações.
- (D) procedimentos referentes ao controle do uso de Sistemas Anti-incrustantes danosos ao meio ambiente marinho ou à saúde humana, de caráter obrigatório, para as embarcações brasileiras cujas obras vivas necessitam ser pintadas com Sistemas Anti-incrustantes e para as embarcações estrangeiras que docarem no Brasil para pintura das obras vivas, ou que forem afretadas em regime de AIT (Atestado de Inscrição Temporária).
- (E) instruções para registro, certificação e homologação de helipontos localizados em embarcações e em plataformas marítimas operando nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).

49) A NORMAM-11/DPC tem como propósito:

- (A) regulamentar a pesquisa de casco soçobrado.
- (B) padronizar a emissão de parecer atinente à realização de obras sob, sobre e às margens das águas jurisdicionais brasileiras (AJB).
- (C) regulamentar a exploração de casco soçobrado.
- (D) regulamentar os procedimentos afetos à Inspeção Naval sobre e às margens das águas jurisdicionais brasileiras (AJB).
- (E) regulamentar as atividades de dragagem e aterro sobre e às margens das águas jurisdicionais brasileiras (AJB).

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/13

50) Quanto às atividades de Inspeção Naval, assinale a opção correta.

- (A) As plataformas flutuantes, quando rebocadas, e as fixas não estão sujeitas à fiscalização dos Inspetores Navais, sendo necessário somente o conhecimento de suas atividades e posições para divulgação em Aviso aos Navegantes.
- (B) A Autoridade Marítima poderá delegar, aos Municípios, a fiscalização do tráfego e da permanência de embarcações que ponham em risco a integridade física de quaisquer pessoas nas áreas adjacentes às praias, sejam marítimas, fluviais ou lacustres.
- (C) Os Inspetores Navais não poderão lavrar Notificações, ou elaborar relatos de ocorrência a serem transformados em Autos de Infração nas Capitânias, Delegacias ou Agências.
- (D) Para aquaviários e amadores, a fiscalização se atém à verificação de documentos relativos aos tripulantes somente das embarcações nacionais.
- (E) Para embarcações, a fiscalização se divide em duas verificações distintas: a documental; e as reais condições do material e equipagem da embarcação nacional e estrangeira em passagem inocente.